

TUBERCULOSE: EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE PARA PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Camilla Ferreira da Silva*
Paulo Henrique de Paula Caldeira*
Katiúscia Cardoso Rodrigues**
Flávia Rodrigues Pereira***

Resumo

A tuberculose (TB) é uma doença infecciosa e sua ocorrência nas instituições para privados de liberdade (IPL) é maior do que relatada na população geral devido aos fatores ambientais e individuais da população carcerária. Atividades de educação permanente em saúde (EPS) podem se tornar estratégias importantes no controle da doença, especialmente para os profissionais que atuam nas IPL. Objetiva-se relatar as experiências vivenciadas desde a idealização da EPS/TB até a sua efetivação no formato à distância desses profissionais em Governador Valadares. Trata-se de um relato de experiência de uma pesquisa-ação em desenvolvimento junto aos profissionais envolvidos, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Idealizada pelo grupo técnico da TB municipal, a EPS/TB está em andamento, cumpridas as fases de exploração e aprofundamento, com onze profissionais da saúde e segurança de três IPL, executada com apoio de ferramentas síncronas (*WhatsApp* e *Google Meet*) e assíncronas (*Google Classroom*) e acompanhamento dos tutores. Alguns desafios têm surgido: baixa adesão ao edital de inscrições, dificuldade de acesso às ferramentas tecnológicas utilizadas e demora pelos educandos nas devolutivas às atividades propostas. Alguns sinais, porém, de aprendizagem e a problematização de como o manejo da TB poderá ser reorganizado nas IPL, despontaram nos dois módulos vivenciados. Enfim, tem-se demonstrado a relevância da EPS/TB para as instituições e profissionais envolvidos, corroborando o fortalecimento da parceria ensino-serviço-comunidade e, conseqüentemente, apoio na reorganização do manejo da TB nas IPL e integração à rede de atenção em saúde municipal.

Palavras-chaves: Tuberculose. Educação permanente. Privados de liberdade.

*Acadêmico do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Vale do Rio Doce.

**Coorientadora, Médica Sanitarista da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares.

***Orientadora, Professora Mestre do Curso de graduação em Enfermagem da Universidade Vale do Rio Doce.

Introdução

A tuberculose (TB) se configura como um grave problema de saúde pública mundial, em que milhares de pessoas ainda adoecem e morrem devido às suas complicações, necessitando que profissionais da saúde sejam capacitados, equipados e habilitados para fornecer o cuidado e assistência com qualidade e segurança (ARAKAWA et al., 2020).

Algumas condições podem favorecer o surgimento da TB, entre essas se destacam a infecção pelo HIV, tabagismo, desnutrição e diabetes mellitus. No entanto, a investigação de suspeitos deve estar voltada para grupos prioritários que têm maior risco de desenvolvê-la, como: os sintomáticos respiratórios (SR), os que têm contatos com pacientes de tuberculose, as pessoas com doenças imunológicas ou predispostas, os residentes em comunidades fechadas como presídios, manicômios, abrigos e asilos (AUGUSTO et al., 2013).

Mediante grupos vulneráveis em relação à TB, a sua ocorrência nas instituições carcerárias é muito maior do que relatada na população geral e, o diagnóstico tardio ou o tratamento interrompido, acabam se tornando um problema muito recorrente nessa população (MOREIRA et al., 2019).

Em tal cenário, há dois importantes pilares que contribuem para a disseminação da TB: fatores inerentes ao ambiente penitenciário (superlotação, pouca ventilação, falta de higiene e falha na assistência de saúde, como descontinuação e desarticulação terapêutica) e fatores individuais (má nutrição, más condições físicas, dependência de entorpecentes e outras doenças associadas) (COSTA-JUNIOR et al., 2016).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), em seu Boletim Epidemiológico da Tuberculose, nos anos de 2010 a 2019, houve um aumento na proporção de casos novos diagnosticados na população privada de liberdade (PPL) em relação à população geral, sendo que, em 2010, era um percentual de 6,4 para cada 100.000 e, já em 2019, foram 11,1 casos novos, no total de 8.154 nos privados de liberdade. No ano de 2018, em Minas Gerais, dos 4188 casos novos de tuberculose, 298 (7%) foram registrados na PPL (BRASIL, 2020). Aumento também notado no município de Governador Valadares, que apresentou na série histórica de 2014 a 2019 o coeficiente de incidência ascendente variando entre 89,3 e 880 na PPL (MINAS GERAIS, 2020).

Nesse contexto, há uma situação histórica em relação aos programas de controle de TB nas instituições para privados de liberdade (IPL) considerados geralmen-

te verticais, prescritivos e não participativos da rede de saúde, que pode resultar em processos lentos e desproporcionais ao recomendado e necessário para o controle da doença (BRASIL, 2007; FABRINI et al., 2018).

Atividades de educação permanente em saúde (EPS) podem ser estratégias potentes para melhorar tal situação, proporcionando o reordenamento do Programa de TB em IPL, com o realinhamento das ações de enfrentamento da doença, a partir de articulação da equipe de saúde, monitoramento e avaliação de ações, pactuação de processos e metodologias ativas de aprendizagem, relacionadas às políticas e diretrizes já estabelecidas (FABRINI et al., 2018).

Considerando a conjuntura do modo de produção de saúde nas IPL, associada ao quadro epidemiológico da TB na PPL, nos últimos anos tem-se empreendido atividades integradas na Rede de Atenção à Saúde (RAS) de Governador Valadares envolvendo profissionais de saúde das IPL do município como estratégia de enfrentamento e manejo da doença (GOVERNADOR VALADARES, 2019).

Como um dos resultados dessa aproximação, decorreu a proposição de capacitação para os profissionais assistentes das equipes de saúde e de segurança pública em relação à TB, no intuito de colaborar com o controle da TB em IPL e a reorganização das atividades relacionadas ao programa, seu monitoramento e vigilância de forma integrada com a RAS municipal.

Assim, o grupo técnico de trabalho já existente no Departamento de Vigilância em Saúde (DVS) de Governador Valadares, composto por representantes dos setores de ensino¹, serviço², e comunidade³, fomentou uma proposta de pesquisa, que se justifica como ação intervencionista frente ao problema em questão, colaborando para a estratégia de educação permanente, por ser uma das pactuações do município de Governador Valadares como combate à doença nessa população vulnerável, a PPL.

Portanto, objetiva-se relatar as experiências vivenciadas desde a idealização da EPS/TB até a sua efetivação no formato à distância para os profissionais de IPL em Governador Valadares.

O caminho percorrido antes da EPS em saúde para os profissionais das IPL

Tal caminho dá-se de forma descritiva, do tipo relato de experiência, a partir da vivência dos acadêmicos durante todo o processo de construção da proposta educativa em TB até sua efetivação, fruto de

parceria iniciada com o DVS, em 2017 e, por meio de um projeto piloto de curricularização da extensão do Curso de Enfermagem, com vários desdobramentos até então, dentre eles, esta iniciativa desenvolvida por meio da pesquisa-ação.

De acordo com Thiollent (1985), a pesquisa-ação caracteriza-se como pesquisa social em que há uma ação ou resolução do problema centrado no agir participativo e comunitário entre pesquisadores e participantes representativos. Geralmente é escolhida exatamente por permitir a construção do conhecimento durante o processo e a 'transformação', sem se preocupar com a explicação dos fenômenos sociais após seu acontecimento (BRANDÃO; BORGES, 2007).

A experiência, por ora relatada, sob a perspectiva da pesquisa-ação ainda de acordo com THIOLENT (1997), se constitui de quatro fases. Vale salientar que as duas primeiras já foram executadas: (a) exploratória, em que os pesquisadores e participantes detectaram o problema e o tipo de ação possível nos encontros sequenciais; (b) pesquisa aprofundada, em que o problema foi investigado por diversos instrumentos, discutidos e interpretados pelo grupo; e outras duas que ainda estão acontecendo: (c) fase da ação, em que ocorrerá a implementação das ações levantadas, definição de objetivos alcançáveis por meio de ações concretas, discussão e definição de propostas negociáveis e (d) avaliação, em que se dará observação, monitoramento da proposta implantada, redirecionamento, além do resgate do conhecimento produzido no decorrer do processo.

Diante do entendimento do grupo técnico da TB em Governador Valadares acerca da necessidade de implementar EPS para profissionais envolvidos com a busca de SR e manejo da TB na PPL, como proposta de reorganização do programa intramuro e alinhado com o Plano Municipal de Enfrentamento da Tuberculose iniciou-se o processo de construção do projeto de pesquisa (GOVERNADOR VALADARES, 2019; 2020).

Nessa etapa a participação dos integrantes do grupo de pesquisa foi determinante, sendo eles: a enfermeira docente do Curso de Enfermagem da Universidade Vale do Rio Doce (UNVALE) e coordenadora do projeto; quatro acadêmicos do Curso de Enfermagem da UNVALE; a médica sanitária e referência técnica da TB da Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares (SMS/GV) e duas enfermeiras assistenciais da Penitenciária de Governador Valadares I Francisco Floriano de Paula (Pen-GVRI-FFPI). Essa interação facilitou a compreensão tanto das necessidades e possibilidades das IPL, quanto da realidade

protocolar das diretrizes da TB em âmbito nacional, estadual e municipal.

Como se tratou de uma demanda proposta e discutida internamente em um grupo técnico já existente, no primeiro momento admitiu-se a possibilidade de formação de duas turmas, iniciando pelos profissionais da Pen-GVRI-FFPI, no formato de turma piloto e, outra posterior, com os profissionais das demais IPL, totalizando quarenta vagas a serem disponibilizadas em duas etapas para os profissionais que contemplassem os critérios de inclusão: (a) aprovação em seleção por meio de edital da SMS/GV e (b) profissionais maiores de 18 anos que de forma direta e indireta prestassem assistência aos PPL sintomáticos respiratórios e/ou já com diagnóstico de TB.

Devido às orientações ministeriais, estaduais e municipais de saúde em relação às medidas de distanciamento social como estratégia de enfrentamento da pandemia pela COVID 19, declarada em de janeiro de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como emergência em saúde no âmbito mundial, bem como da ausência de previsão de retorno quanto à realização de encontros presenciais em Governador Valadares, a alternativa proposta para execução da EPS em TB foi, dessa forma, pela implementação do formato à distância (OLIVEIRA, LUCAS, IQUIAPAZA, 2020).

Tal modalidade possui concepções, métodos e modelos diferentes do ensino tradicional, além de um formato flexível em que as estruturas e a interação são facilitadas, permitindo que pessoas em locais diferentes possam compartilhar conhecimentos, realizar e resolver problemas em conjunto de forma interativa e significativa (PAIANO, 2007).

Assim, as atividades foram planejadas para ocorrerem em duas perspectivas de comunicação com os educandos: assíncrona e síncrona. Na comunicação assíncrona, a informação é transmitida de forma a dispensar a intervenção de um interlocutor; ou seja, é disponibilizada para o participante por meio de fóruns, *blogs*, *sites*, correio eletrônico, entre outros. Na comunicação síncrona, os participantes necessitam de se encontrar em um espaço virtual com o interlocutor ou interlocutores, podendo se comunicar e trocar informações, utilizando videochamadas e conferências virtuais (MARTINS et al., 2010; PAIANO, 2007).

Nessa proposta de EPS desenhada e já em atividade, foram escolhidas atividades assíncronas, sediadas na plataforma *Google classroom*, gratuita e que dispensa servidor exclusivo. Além de ser online, abriga professores/educadores/tutores e alunos/educandos, é de fácil entrada e integração de diferentes recursos disponibili-

zados pelo próprio Google como *Gmail*, *Google Drive*, *Google Docs* e *Google Forms*. Oportuniza, também, a disponibilização de materiais de apoio, atividades e resultados obtidos pelos educandos com devolutivas dos educadores (GOOGLE, 2020).

Para as atividades síncronas estão em execução algumas ferramentas. A primeira é o *WhatsApp*, por intermédio de um grupo geral e outros específicos de educandos de cada IPL e seus tutores, com o intuito de que as mensagens instantâneas e online neles enviadas tenham o caráter de recados e pareceres da equipe de trabalho, resolução de dúvidas e problemas em tempo hábil. Além disso, possibilitam a disponibilização de materiais didáticos (RODRIGUES E TELES, 2019). Outro instrumento é o *Google Meet* ou *Hangouts Meet*, para a realização de videoconferências (GOOGLE, 2020).

Após a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e a necessidade de readequações nos formulários, foi feito um novo levantamento quanto à possibilidade de participação dos profissionais das IPL. Entretanto, o grupo de pesquisa foi surpreendido por detectar quantitativo menor que a disponibilidade de vagas ofertadas no primeiro projeto, dentre as três IPL sugeridas, Pen-GVRI-FFPI, Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CIA) e Centro de Remanejamento Provisório de Governador Valadares I Ceresp-GVR-I.

Vale ressaltar que tal fato aconteceu mesmo já com a ciência dos gestores de cada IPL envolvida previamente, que justificaram a pouca adesão pretendida devido ao atual momento de pandemia da COVID 19, além dos afastamentos dos quadros de pessoal, em especial na Pen-GVRI-FFPI, que tem o maior percentual de PPL do município.

Após a aprovação do CEP, com o parecer 4.346.500, as inscrições foram realizadas, a partir do edital liberado pela SMS/GV. Este momento foi marcado por entraves já mencionados pelos gestores das IPL, acrescidos de dificuldades dos profissionais no preenchimento dos critérios exigidos no edital: formulário online de inscrição, obtenção e anexação de carta de intenção e liberação dos gestores. Foi necessário que o grupo técnico da TB municipal realizasse novos contatos com os gestores das IPL contempladas, em busca de apoio extra nessa fase do projeto em execução.

Esse cenário atrasou a efetivação da aula inaugural do primeiro módulo planejado. De acordo com os relatos de alguns integrantes do grupo técnico, tais entraves podem ter acontecido pela própria condição gerada pela pandemia e outros fatores como férias e licenças médicas de gestores imediatos e dos possí-

veis candidatos.

Enfim, quatorze inscrições foram efetivadas, e o resultado do edital amplamente divulgado. Esta iniciativa de EPS teve sua aula inaugural pelo *Google Meet*, no dia três de novembro de 2020. Os grupos de *WhatsApp* com educandos (profissionais inscritos) e educadores (composto pelo grupo de pesquisa) foram criados a partir dos números de telefones descritos no formulário de inscrição.

A educação permanente em tuberculose nas duas fases iniciais

Na aula inaugural, houve as devidas apresentações de educandos, tutores e docentes, assim como, da proposta formatada para que a EPS acontecesse em todo o seu caminho metodológico e tecnológico. Um momento importante foi a exposição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o aceite individual de cada educando, reafirmado após a aula tanto na *Classroom*, por meio do *Google Forms*, quanto a assinatura em meio físico.

Para a execução e acompanhamento da proposta, o grupo de trabalho de educadores se organizou da seguinte forma: orientadores receberam a função de apoiadores técnicos; acadêmicos atuaram como tutores, apoiando os profissionais-educandos, agrupados segundo sua IPL de atuação.

O caminho de acesso às ferramentas tecnológicas escolhidas, embora parecesse claro e fácil, se mostrou inicialmente como barreira para alguns dos educandos, em especial quanto ao acesso na *Classroom*. Ainda que cada um deles tenha recebido um e-mail temporário da universidade, foi necessário o apoio dos tutores para tal efetivação.

Vencida essa etapa, os educandos tiveram, já no primeiro dia de ingresso na sala virtual, acesso às postagens informativas acerca da EPS, o formulário com levantamento do perfil do profissional e status de conhecimento a respeito da TB e painel de dúvidas no módulo 1, que corresponde à fase exploratória da pesquisa-ação. Também foram disponibilizados demais conteúdos e atividades de aprendizagem propostas para o módulo 2 - fase da pesquisa aprofundada, perfazendo 20 horas, entre os dias 3 a 28 de novembro de 2020.

É importante ressaltar que a EPS tem o total previsto de 45 horas, divididas em quatro módulos, além

de supervisão durante o ano de 2021 nas IPL envolvidas na EPS, pelo grupo de pesquisa e grupo técnico da TB, após a conclusão das atividades teóricas.

Diagnóstico individual profissional acerca do manejo da tuberculose na Unidade Prisional (UP) de origem

Com o levantamento feito via *Google Forms* foi possível identificar, já como resultado preliminar: dificuldades de adesão dos educandos às atividades propostas, duas evasões no módulo 1 e um grupo heterogêneo tanto em relação à formação, quanto ao tempo de trabalho nas IPL e manejo com a TB.

Assim, dos 14 educandos inscritos no curso, apenas 11 responderam (5 profissionais da CIA, 4 do Ceresp-GVR-I e 2 da Pen-GVRI-FFPI). O grupo de educandos em acompanhamento de caracterizou com a maioria de mulheres, em faixas etárias diferentes, de escolaridade entre o ensino médio até pós-graduação. Também a formação técnica e área de atuação/lotação na IPL se constituíram por uma maioria na área da saúde, sendo da segurança apenas dois representantes. O tempo de trabalho na IPL dos 11 educandos que responderam ao formulário, variou entre 06 meses a 20 anos.

Em relação ao manejo da TB na UP de origem, 63,6% (n=7) disseram não desempenhar nenhuma ação relacionada com a TB. Dentre os outros que desenvolvem alguma atividade relacionada à TB, 36,4% (n=4) afirmaram realizar busca ativa de sintomáticos, orientação e acompanhamento na prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos, além de solicitar exames e enviar material e medicamentos.

É importante salientar que, diante da classificação das atividades do Programa de Controle da Tuberculose (PCT) realizadas em cada UP, foram detectadas situações como desconhecimento de cada etapa a ser cumprida em relação à busca de casos novos de TB, formas de

TB existentes e como a TB é inserida na Rede de Atenção à Saúde (RAS) de Governador Valadares, apontando para algumas lacunas na atenção a serem trabalhadas no conteúdo teórico-prático do curso.

Em outra atividade proposta, o painel de dúvidas, foi observada uma certa dificuldade para sua realização pela ferramenta do *Google* chamada Jamboard, um quadro branco digital no qual os colaboradores podem criar e editar seu conteúdo juntos (GOOGLE, 2020). Tal atividade foi mais uma alternativa de levantamento das lacunas sobre o manejo da TB em IPL.

Assim a proposta foi alterada para respostas em um tópico específico na própria *Classroom*, com a obtenção das dúvidas: O que é o teste rápido molecular de tuberculose (TRM-TB)? Como é a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)? A tuberculose infecta outros órgãos além dos pulmões? Como manejar os pacientes com diagnóstico positivo de TB? O Raio X também ajuda no diagnóstico da TB? Não seria só o escarro? O que é derivado proteico purificado (PPD)? Como é o contágio e prevenção da TB?

A fase da pesquisa aprofundada

De posse dos resultados do módulo 1, tutores e docentes os exploraram e, além dos materiais já selecionados para servirem de subsídio teórico⁴, com jogos educativos e atividades coletivas, ainda produziram vídeos que fossem capazes de facilitar aos educandos o aprofundamento das informações essenciais para o manejo da TB. Sobre tais vídeos produzidos, é importante ressaltar que eles podem despertar a sensibilidade do aluno/educando em receber informações por estimularem receptores sensoriais e audiovisuais da comunicação como uma forma alternativa do processo de leitura formal (LOPES; PEREIRA, 2011).

Ressalta-se que tal módulo totalizou 15 horas e

¹Docentes e discentes do projeto de pesquisa "TUBERCULOSE: educação permanente em saúde para profissionais de instituições privadas de liberdade em Governador Valadares – MG".

²Centro de Referência em Doenças Endêmicas e Programas Especiais/CREDENPES, Gerência de Vigilância Epidemiológica, SRS-GV.

³Penitenciária de Governador Valadares I Francisco Floriano de Paula (Pen-GVRI-FFPI), Centro de Remanejamento Provisório de Governador Valadares I (Ceresp-GVR-I) e Centro Socioeducativo São Francisco de Assis (CIA).

⁴Manual de Recomendações para o controle da tuberculose no Brasil (2019). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (2014). Lei n.º 8142, de 28 de dezembro de 1990. Tuberculose na população privada de liberdade do Brasil (2017).

que houve o registro de mais uma desistência por motivo de férias da educanda. Adicionalmente, também ocorreu momento síncrono, com uma aula ministrada pela presidente da Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose no Brasil, com o tema específico referente à tuberculose em IPL.

Ao longo dos dois módulos foi notório aos tutores/educadores que as dificuldades encontradas para as inscrições se prolongariam pelas duas fases da pesquisa-ação, observadas como dificuldades tecnológicas para as resoluções das atividades, envolvimento em tempo real nas respostas aos grupos de *WhatsApp* e devolutivas das atividades propostas. Alguns profissionais relacionaram tais fatos também à carga horária que estão desempenhando em suas UP.

Assim, algumas modificações foram necessárias para que os grupos se mantivessem envolvidos, tais como o envio de links dos formulários, mesmo ainda sem o acesso à *Classroom*, lembretes diários e disponibilização de materiais em arquivos nos grupos específicos de cada IPL, em busca de cumprir o cronograma proposto sem perdas no conteúdo.

Ao final do módulo 2, 11 educandos estão percorrendo as atividades, ainda com certa lentidão nas respostas, mas as cumprindo e já sinalizando progressos em relação aos conhecimentos mediados pela EPS.

Uma das atividades propostas foi para que educandos e tutores se encontrassem virtualmente, para juntos traçarem um mapa conceitual relativo aos dois documentos ligados diretamente com atividades de TB em IPL. Tal atividade deveria culminar com a relação entre o que foi descrito nos documentos e a prática realizada nas UP. Nesse contexto houve uma importante observação dos tutores de que apenas os educandos do Ceresp-GV conseguiram realizar as atividades no tempo estipulado, confeccionando o mapa conceitual e postando no mural da atividade na sala virtual.

As outras duas UP, Pen-GVRI-FFPI e CIA, têm demonstrado dificuldades como a demora nas postagens na *Classroom* de atividades e respostas aos tutores no *WhatsApp*, mesmo que tenham sido feito contatos individuais com os educandos para auxílio/apoio.

Outro fato considerável é em relação à Pen-GVRI FFPI, IPL da qual o grupo técnico da TB elencou como a principal UP para tal desenvolvimento da EPS em TB, devido à sua grande demanda e quantitativo de privados de liberdade em tratamento nos últimos anos. Essa IPL deveria implementar os maiores esforços na reorganização do manejo da TB de forma interna. No entanto, desde a efetivação das inscrições, passando pela relação com tutores até a comunicação e persistência

na EPS, percebe-se adesão frágil, o que é preocupante na obtenção de resultados, quanto à remodelagem de práticas de vigilância na instituição e atenção à PPL em relação à TB.

A realização prática da EPS em TB se apresenta até o momento como o maior desafio dentre as atividades propostas, pois o seu desenvolvimento é totalmente dependente dos educandos, o que faz com que os tutores, em suas atribuições de mediar e estimular a realização de cada atividade, por mais que se percebam por vezes frustrados por não receber o feedback esperado, devam permanecer em suas funções de forma ativa.

O educando, como sujeito e autor de sua atuação deve desenvolver habilidades como o protagonismo e o trabalho em equipe a serem inicialmente vividas no ambiente de ensino virtual e, posteriormente, experimentadas no cenário de prática profissional.

Segundo um estudo realizado por SILVA e NESPOLI (2012), o ensino a distância (EAD) alinhado a EPS apresenta algumas barreiras, como despreparo do aluno no uso do ambiente virtual de aprendizado, fato reforçado por GROSSI e KOBAYASHI (2013) e SILVA et al. (2015) que afirmam ter tido como desafio o aprendizado e superação das ferramentas tecnológicas na implementação das atividades EAD, se fazendo necessário a instrução e mediação efetiva dos tutores para melhor eficiência EPS e assimilação das novas tecnologias.

Em contrapartida, uma educação permanente em saúde realizada por FABRINI et al. (2018) com profissionais da enfermagem de uma IPL no Paraná apresentou resultados diferentes, uma vez que a EPS foi realizada presencialmente em todas as suas fases, promovendo aproximação entre os trabalhadores da UP e mediação de conhecimentos incorporando o aprender e ensinar na prática cotidiana profissional.

Conclusão

A pesquisa-ação além de possibilitar estudar determinados conceitos e problemas dentro de um contexto sócio-político permite, também, a devolutiva em forma de ações à comunidade. Fato esse percebido na execução da EPS em TB, por ora em andamento, ainda que tenham dificuldades a serem superadas, se configura como uma proposta oportuna para trabalhar um tema tão importante no contexto epidemiológico da cidade, para os profissionais das IPL do município de Governador Valadares.

Desde a idealização do curso ocorreram alguns impasses, que configuram/representam limitações deste estudo: a quantidade de alunos que o curso poderia atender e qual público ele seria destinado; dificuldades relativas à submissão do projeto de pesquisa, sendo essa realizada mais de uma vez até a definitiva aprovação. E, a partir da realização efetiva do curso, mais desafios foram surgindo, o que, por alguns momentos, fez surgir o sentimento de frustração por ofertar um curso de 40 vagas e ter apenas 14 inscritos e, destes, algumas evasões sem a conclusão das atividades propostas.

Outro fator importante levantado foi a formação de um grupo heterogêneo tanto na formação acadêmica, no tempo de atuação em cada IPL e até em relação ao conhecimento sobre o manejo da TB, que pode ser um desafio tanto para educadores, quanto para educandos, exigindo maior desenvoltura metodológica e em educação para a manutenção da EPS.

No entanto, a capacitação ainda está em execução, sendo o terceiro módulo iniciado no dia 30 de novembro e o quinto módulo (e último) previsto iniciar em 2021. Mas a caminhada até aqui proporcionou grande aprendizado, pois se configura em uma oportunidade, tanto de enfrentar um problema atual de saúde pública local/regional presente no contexto municipal e tratado junto do grupo técnico da TB, quanto de conhecer um pouco a realidade de cada IPL e criar metodologias de enfrentamento para as dificuldades encontradas dentro do processo de ensino e aprendizagem, de forma colegiada.

Compreende-se que a idealização e teorização de uma EPS e de qualquer outra proposta educativa que seja permanente ou continuada diverge muito da prática do que pode ser realmente vivido. Isso porque apresentam barreiras diferentes e dependem de dinâmicas imediatas para solucioná-las e que sejam, ainda, capazes de reorganizar os serviços para as quais foram direcionadas, à medida de cada necessidade dos educandos e das instituições que representam.

Vale ressaltar que no contexto de pandemia, momento em que todas as atividades deveriam ocorrer remotamente, a falta do contato presencial pode ter sido um fator dificultador para a dinâmica das atividades e na criação de vínculo com os educandos, o que talvez, as atividades presenciais ou híbridas (ora presenciais, ora remotas) pudessem oportunizar, de forma mais efetiva, o compartilhamento de experiências e aprendizado em grupo, barreira essa que deverá ser superada pelas plataformas virtuais.

Nesse contexto, é importante destacar que todo

profissional de saúde envolvido em atividades de EPS, em especial o enfermeiro, esteja apto para lidar com as adversidades futuras do exercício de sua profissão na tomada de decisão em geral e nas proposições educativas.

Contudo, mesmo que a EPS em TB não tenha ainda sido finalizada, as adversidades enfrentadas proporcionaram aprendizado para todo o grupo de pesquisa envolvido e reconhecimento da importância de sua realização para a comunidade, como uma intervenção em caráter extensionista em que, instituições, profissionais, professores e estudantes podem discutir, levantar problemas e planejar soluções viáveis para as demandas da comunidade privada de liberdade.

Por fim, tal experiência vem ao encontro da solução não só organizacional e assistencial em relação à TB na PPL, mas representa intervenção que poderá impactar os indicadores epidemiológicos local/regionais e na Atenção Primária em Saúde (APS) municipal e, ainda servir de subsídio teórico para novos estudos nessa perspectiva, dada a escassez de publicações detectada nesta etapa de discussão de resultados preliminares.

Referências

- ARAKAWA T. et al. Contextos locais e dos sistemas de saúde no controle da tuberculose, estado de são paulo. **Rev Min Enferm.** 2020. v. 24. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/remo.org.br/pdf/e1296.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2020.
- AUGUSTO, C. J. et al. Características da tuberculose no estado de Minas Gerais entre 2002 e 2009. **Jornal Brasileiro de Pneumologia.** vol.39 n.3 São Paulo, Mai/Jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jbpneu/v39n3/pt_1806-3713-jbpneu-39-03-0357.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRANDÃO, C. R; BORGES, M C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular,** v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007.** Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília. 2007. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. 1. Ed, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/folder/politica_nacional_sau_de_sistema_prisional.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico de Tuberculose**. 1. Ed. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.sau.gov.br/images/pdf/2020/marco/24/Boletim-tuberculose-2020-marcas--1-.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2020.

COSTA-JUNIOR et al. Tuberculose latente em indivíduos de uma unidade prisional do centro oeste do Brasil. **Revista de Patologia Tropical**. Revista de Patologia Tropical. Vol. 45. p12-22. Jan 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/iptsp/article/view/40224/20701>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FABRINI et al. Cuidado a pessoas com tuberculose privadas de liberdade e a educação permanente em saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.057-1.077, set./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tes/v16n3/1678-1007-tes-16-03-1057.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

GOOGLE. **Sobre o Google Meet**. 2020. Disponível em: <<https://support.google.com/meet/?hl=pt-BR#topic=7306097>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

GOOGLE. **Google Jamboard**. 2020. Disponível em: <<https://edu.google.com/intl/pt-BR/products/jamboard/>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

GOOGLE. **Sobre o Google Sala de Aula**. 2020. Disponível em: <https://support.google.com/edu/classroom/answer/6020279?hl=ptBR&ref_topic=7175444&authuser=0>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GOVERNADOR VALADARES. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Controle de Tuberculose 2019**. Governador Valadares, 2019.

GROSSI M. G.; KOBAYASHI R. M. A construção de um ambiente virtual de aprendizagem para educação a distância: uma estratégia educativa em serviço. **Rev Esc Enferm USP** 2013; 47(3):756-60. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v47n3/0080-6234-reeusp-47-3-00756.pdf>> Acesso em: 7 dez. 20.

LOPES E. D.; PEREIRA A. S. **A contribuição da mídia vídeo no processo ensino-aprendizagem: o uso do vídeo em sala de aula**. Trabalho de conclusão de curso (especialização) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Curso de Especialização em Mídias na Educação, EaD, RS, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2570/Lopes_Eloiza_Dutra.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 9 dez. 2020.

MARTINS A. B. J. et al. SBIDM: comunicação síncrona, assíncrona e multidireccional. **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**. N. 10. 2010. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/209/205>>. Acesso em: 02 maio 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Portal da Vigilância em Saúde**. Sistema de Informação Tabnet. 2020. Disponível em: <http://tabnet.sau.gov.br/deftohtm.exe?def/agravos/tuberculose_n.def>. Acesso em: 27 maio 2020.

MOREIRA T.R. et al. Prevalência de tuberculose na população privada de liberdade: revisão sistemática e metanálise. **Revista Panamericana de Salud Publica**, 43, 2019. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/rpsp/2019.v43/e16/pt>>. Acesso em: 02 maio 2020.

OLIVEIRA, A. C.; LUCAS, T. C.; IQUIAPAZA, R. A. O que a pandemia da covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? **Texto e contexto - enferm**. Florianópolis, v. 29, ed. 20200106, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072020000100201&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PAIANO V. C. **Investigando ferramentas síncronas e assíncronas na interação em educação a distância**. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado profissional em tecnologias da informação e comunicação na formação EAD). Universidade Norte do Pará e Universidade Federal do Ceará, Londrina, 2007.

RODRIGUES, T. C.; TELES, L. F. O uso de mensagens eletrônicas instantâneas como recurso didático. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 100, n. 254, p. 17-38, abr 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-6812019000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SILVA et al. Limites e possibilidades do ensino à distân-

cia (EaD) na educação permanente em saúde: revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**. v. 20. abr 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n4/1099-1107/>> Acesso em: 7/12/2020.

SILVA V. L.; NESPOLI Z. B. Ambientes Virtuais de Aprendizagem como Estratégia de Educação Permanente para Profissionais do Sistema Único de Saúde, na Atenção Primária. **Cadernos ESP**, Ceará. v. 6: p. 60-76, jul 2012. Disponível em: <<https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/62/63>> Acesso em: 7/12/2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.